



**ESTADO DA BAHIA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

COMISSÃO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

**RELATÓRIO SÍNTESE DE ATIVIDADES 2013**

Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano  
Assembleia Legislativa da Bahia

SALVADOR  
2014



**ESTADO DA BAHIA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano**

***Titulares***

**Dep. Maria Del Carmen (PT) – Presidente**

**Dep. Adolfo Viana (PSDB) – Vice-presidente**

Dep. Cacá Leão (PP)

Dep. Ivana Bastos (PSD)

Dep. Leur Lomanto Júnior (PMDB)

Dep. Maria Del Carmen (PT)

Dep. Maria Luiza Barradas (PSD)

Dep. Paulo Rangel (PT)

Dep. Sidelvan Nóbrega (PRB)

***Suplentes***

Dep. Bruno Reis (PRP)

Dep. J. Carlos (PT)

Dep. Kelly Magalhães (PCdoB)

Dep. Luiza Maia (PT)

## FICHA TÉCNICA DO RELATÓRIO

### *Título*

Relatório Síntese de Atividades da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa da Bahia – Atividades 2013

### *Equipe Técnica e Relatoria:*

**Thaís de Miranda Rebouças**

Urbanista

**José Aloir Carneiro de Araújo Neto**

Urbanista

## SUMÁRIO

1.0. Apresentação.....	p. 5
2.0. A Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano.....	p. 6
3.0. Relato das Atividades Desenvolvidas.....	p. 7
3.1 Audiência Pública “Praia da Preguiça: impactos da ampliação do quebra-mar da Bahia Marina e ameaça de fechamento da praia”	
3.2 Reunião Técnica ampliada com síndicos e subsíndicos dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida.	
3.3 Audiência Pública “PDDU e LOUOS de Salvador e o Acordo de Modulação da ADIn: bases para o julgamento”.	
3.4 Audiência Pública “Condomínio Quinta da Glória, indefinição territorial: Salvador X Lauro de Freitas”	
3.5 Audiência Pública “Projetos de mobilidade urbana para Salvador e Região Metropolitana”.	
4. Atividades externas com participação da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA.....	p.22

## **1.0. APRESENTAÇÃO**

O presente documento constitui-se no Relatório Síntese<sup>1</sup> de Atividades da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) e tem por objetivo apresentar um resumo das atividades desenvolvidas pela referida Comissão no ano de 2013, até dezembro. Nele estão registradas as sínteses dos Seminários, Audiências Públicas e Sessões promovidas por essa Comissão, bem como os encaminhamentos feitos diante dos diferentes temas abordados, no âmbito das políticas de desenvolvimento urbano.

O presente relatório foi elaborado, tendo por base relatorias e transcrições dos eventos, realizados no ano de 2013 pela Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA. Ao final da descrição das atividades, foram registrados os encaminhamentos tomados pela Presidência dessa Comissão, no que se refere a solicitações e recomendações dirigidas aos órgãos públicos e instituições afetos às matérias tratadas em cada debate. O Relatório também indica a participação da Comissão em atividades externas, relacionadas à sua área de atuação.

Além desta apresentação, a estrutura desse Relatório Síntese é formada pelos próximos itens, aqui resumidos. O item 2.0. aborda o papel da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano. O item 3.0. contém a descrição de todas as atividades realizadas no ano de 2013 pela Comissão, através de uma síntese dos conteúdos de cada evento realizado. E o item 4.0 indica as principais atividades externas nas quais a Comissão participou, no mesmo período considerado.

---

<sup>1</sup> Este Relatório Síntese não substitui o Relatório Final de Atividades da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano para o período de 2013, o qual se encontra em fase de elaboração e apresentará conteúdo integral de todas as atividades, bem como encaminhamentos e anexos.

## **2.0. A COMISSÃO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

A Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa da Bahia, criada através do Requerimento No 7.866/2013, aprovado pela Mesa Diretora da Assembleia em 19 de abril de 2013, reforça a necessidade de acompanhar processos em curso ou de tratar de novas questões referentes à proposição ou aperfeiçoamento da legislação urbanística e das políticas públicas de desenvolvimento urbano e regional do Estado da Bahia.

Dentre as competências das Comissões da Assembleia Legislativa destacam-se as seguintes, estabelecidas na Constituição do Estado da Bahia de 1989 (Art. 83, § 2º, incisos II a V):

- Realizar audiências públicas com as entidades da sociedade civil;
- Convocar agentes públicos para informar sobre assuntos inerentes às suas atribuições;
- Receber petições, reclamações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- Apreciar planos estaduais e setoriais de desenvolvimento e programas de obras e sobre eles emitir parecer.

Adotando-se uma perspectiva de qualificação das atribuições elencadas acima, a Comissão decidiu desenvolver as suas atividades, prioritariamente através da realização de debates públicos, envolvendo os diversos temas sob sua responsabilidade.

Assim, ao longo do ano de 2013, foram realizados seminário, Audiências Públicas e Sessões Especiais. Essas atividades possibilitaram uma avaliação crítica de políticas urbanas em curso, ao mesmo tempo em que apontaram os desafios que devem ser enfrentados para a superação dos entraves e para a plena implementação dessas políticas, colocada a perspectiva de garantia do Direito à Cidade para o conjunto dos cidadãos baianos. Todas as atividades da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA geraram um ambiente democrático de discussão com o levantamento de questões, críticas e propostas por diferentes segmentos da sociedade baiana em relação às políticas urbanas colocadas em discussão.

A síntese, de todas as atividades desenvolvidas, segue nos próximos itens do presente relatório.

### **3.0. RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

Este item contém o resumo das atividades realizadas no ano de 2013 pela Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA. Estão expressas as sínteses do conteúdo de cada evento, compreendendo a justificativa e o objetivo de realização das atividades, bem como a relação dos convidados/expositores e possíveis encaminhamentos.

Em cada uma dessas sínteses, destacam-se as questões, propostas e recomendações originárias do debate com a plenária de cada evento, bem como os encaminhamentos adotados pela Presidência da referida Comissão, a partir dos aspectos relevantes de cada discussão. Tais encaminhamentos geraram um conjunto de solicitações e recomendações dirigidas aos órgãos públicos e instituições afetos às matérias tratadas em cada debate.

As sínteses foram elaboradas com base na relatoria de cada evento, e em alguns casos nas transcrições de áudio disponíveis.

### **3.1. Audiência Pública “Praia da Preguiça: impactos da ampliação do quebra-mar da Bahia Marina e ameaça de fechamento da praia”**

Data: 18 de junho de 2013

Horário: das 9:30 às 13:30.

Local: Auditório Jutahy Magalhães - ALBA.

#### **APRESENTAÇÃO**

No Centro Antigo de Salvador, notadamente no bairro Dois de Julho, vêm tomando corpo processos de reestruturação urbana, mais particularmente, ações corporativas e públicas apoiadas na lógica da gentrificação e da privatização do espaço urbano. Exemplos disso são a implantação do Cloc Marina Residence, de empreendimentos hoteleiros (a exemplo da rede TXAI Resorts) e residenciais de alto padrão, a ampliação do quebra-mar da Bahia Marina, entre outros. Tais projetos terão profundos impactos urbanos e ambientais na região do Centro Antigo, além de obstruir parte significativa da vista da paisagem da Baía de Todos os Santos, patrimônio histórico e natural do Estado a Bahia e do país.

No dia 12 de julho de 2012, a então Subcomissão de Desenvolvimento Urbano realizou, conjuntamente com a então Vereadora Marta Rodrigues, uma Audiência Pública para discutir o projeto de Humanização do bairro 2 de Julho, apresentado pela Prefeitura Municipal de Salvador, que propunha, inclusive, a mudança do nome do bairro para Santa Tereza, desconsiderando totalmente a história do bairro. Nessa ocasião, foram discutidos, além do chamado projeto de humanização, os grandes empreendimentos privados do Cloc Marina Residence, da rede Txai Resorts, dentre outros. Participaram do evento a coordenadora do ERCAS, o Diretor Geral da Fundação Miguel Calmon, Representando o Governador e o Secretário de Cultura, o Relator Nacional do Direito Humano à Cidade da Plataforma DHESCA, DPE, técnicos da Prefeitura Municipal de Salvador, a SEDUR, Presidente da ACLAJ (Associação do Bairro 2 de Julho), Movimento Desocupa, Grupo de Pesquisa Lugar Comum e diversos moradores do Bairro 2 de Julho, muitos aqui hoje representados. Naquela ocasião, foram feitos diversos encaminhamentos no sentido de abrir o projeto da prefeitura para discussão com os moradores, além de encaminhamentos específicos para cada entidade ali presente. A então subcomissão, hoje Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano se comprometeu, a acompanhar o processo de gentrificação no bairro, que é o que estamos fazendo agora, atendendo ao chamado dos moradores,



movimentos e das associações que se fizeram presentes, para discutir as recentes obras de ampliação do quebra-mar da Bahia Marina e o fechamento da Praia da Preguiça.

Esses fatos têm alarmado os moradores, com relação aos impactos causados ao meio ambiente, sobretudo os impactos nas pequenas porções de praias existentes nas imediações da Av. Contorno, como, por exemplo, a Praia da Preguiça. A instalação do quebra-mar poderá impactar na diminuição da faixa de areia da Praia da Preguiça, amplamente utilizada pela população moradora do entorno, inclusive para a prática de esportes. Informações recentes quanto ao fechamento dessa mesma praia desencadeou uma série de movimentações de moradores do bairro do 2 de Julho e das localidades da Preguiça e Gamboa de Baixo que oficializaram uma denúncia ao Ministério Público, com centenas de assinaturas e acionaram esta Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano, se fazendo presente em reunião ordinária da Comissão.

## **CONVIDADOS/EXPOSITORES**

### **Coordenação: Deputada Maria Del Carmen**

- Rafael Antônio Rocha Dias - Superintendente Regional da Secretaria do Patrimônio da União
- Adolfo Viana – deputado vice-presidente da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano a ALBA
- Leur Lomanto Jr. – deputado presidente da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da ALBA
- Maria Luiza – deputada estadual, membro da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA
- Hortênsia Pinho – Promotora de Urbanismo do Ministério Público do Estado da Bahia (MP - BA)
- Reynaldo Loureiro – Presidente da Bahia Marina
- Nilson Mendes – Representante do Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho
- Marcelo Teles – representante dos moradores da Ladeira da Preguiça
- Edson Rosa – representante dos moradores do Solar do Unhão
- Gloria Cecília Figueiredo – urbanista, diretora-presidente da Sociedade Brasileira de Urbanismo.

## ENCAMINHAMENTOS E DESDOBRAMENTOS DO SEMINÁRIO

### À Bahia Marina

- Compromissos assumidos:
  - Substituição do guarda-corpo de tijolos construído na Praia da Jaqueira do Unhão por um de estrutura tubular. Garantia do acesso permanente e irrestrito às praias do entorno.
  - Apresentação e ampla discussão sobre o plano de recomposição da Praia da Preguiça, bem como metodologia a ser utilizada, prazos etc.
- Encaminhamentos:
  - Participação em audiências públicas para a discussão do projeto de ampliação do empreendimento Bahia Marina, incluindo a construção do heliporto, posto de combustível, hotel e residencial.
  - Realização de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), previsto pelo Estatuto da Cidade e pela Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS) de Salvador, para as novas intervenções (hotel, heliporto, residencial, posto de combustível, entre outros).
  - Contrapartidas sociais e econômicas para as comunidades do entorno, bem como para toda a sociedade:
    - Rádio comunitária
    - Programa/Centro de inclusão sociodigital
    - Programas sociais
    - Projetos de qualificação e capacitação profissional
    - Parceria no financiamento de um Plano de Bairro para as comunidades
    - Parceria na elaboração de estudos geológicos na Avenida Contorno
    - Disponibilização do atracadouro da Bahia Maria para utilização dos moradores do entorno e pescadores artesanais.
    - Socialização de áreas comuns e de livre visitação e circulação, através de espaços que não induzam ou priorizem o consumo.

**Ao Ministério Público do Estado da Bahia**

- Solicitação de realização, pelo empreendimento Bahia Marina, de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), previsto pelo Estatuto da Cidade e pela Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS) de Salvador, para as novas intervenções (hotel, heliporto, residencial, posto de combustível entre outros).
- Compatibilização do empreendimento Bahia Marina com a Legislação do Estado da Bahia, a qual veta a construção/edificação em áreas de borda marítima, de distância inferior a 60 metros do mar.
- Acompanhamento das condicionantes exigidas pelo IBAMA para a continuidade das obras de intervenções do empreendimento Bahia Marina, dentre elas a recomposição da Praia da Preguiça.
- Realização de audiência pública para a discussão do projeto de ampliação do empreendimento Bahia Marina, incluindo a construção do heliporto, posto de combustível, hotel e residencial.

**Ao Ministério Público Federal**

- Acompanhamento das condicionantes exigidas pelo IBAMA para a continuidade das obras de intervenções do empreendimento Bahia Marina, dentre elas a recomposição da Praia da Preguiça.

**Ao IBAMA**

- Parecer técnico sobre o “esvaziamento” da areia da Praia da Preguiça, bem como das condicionantes exigidas ao empreendimento Bahia Marina para continuidade das obras de intervenção.
- Avaliação da possibilidade de manutenção e permanência das duas praias, sejam elas a Praia da Preguiça e a Praia da Jaqueira do Solar do Unhão.

**À Prefeitura Municipal de Salvador – SUCOM e SEMUT**

- Solicitação de realização, pelo empreendimento Bahia Marina, do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), previsto pelo Estatuto da Cidade e pela Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS) de Salvador, para as novas intervenções (hotel, heliporto, residencial, posto de combustível, entre outros).

- Compatibilização do empreendimento Bahia Marina com a Legislação do Estado da Bahia, a qual veta a construção/edificação em áreas de borda marítima, de distância inferior a 60 metros do mar.

### **3.2 Relatório Reunião Técnica ampliada com síndicos e subsíndicos dos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida.**

Data: 30 de julho de 2013

Horário: 9:30 às 12:30.

Local: Auditório Jutahy Magalhães - ALBA.

#### **APRESENTAÇÃO**

Essa reunião técnica de trabalho foi um compromisso assumido pela presidente da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano, quando ainda coordenadora da Subcomissão, em duas Audiências Públicas realizadas em 2012, bem como pelo fato da Comissão integrar o Grupo de Trabalho/Fórum de pós-ocupação do empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida. Essa reunião técnica ampliada teve por objetivo a sistematização e levantamento de demandas desses empreendimentos para elaboração de uma carta entregue aos órgãos competentes na V Conferência Estadual das Cidades, realizada no ano de 2013. Estiveram presentes síndicos e sub-síndicos dos empreendimentos habitacionais já entregues pelo Programa Minha Casa Minha Vida em Salvador.

#### **CONVIDADOS/EXPOSITORES**

**Coordenação: Deputada Maria Del Carmen**

- **Adalva Tonhá**– Diretora da Superintendência de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia

Aborda localização dos empreendimentos em Salvador e apresenta a situação desses condomínios com relação aos equipamentos e serviços urbanos

- **Idelmário Proença** - Representante do Movimento Sem Teto de Salvador.

Faz um breve relato sobre as atividades do Grupo de Trabalho que tem se reunido na Caixa Econômica semanalmente e tem buscado soluções para os problemas e demandas desses condomínios, com vistas, inclusive, a evitar que esses problemas se repitam nos condomínios que estão sendo e que ainda serão entregues.

- **Naécio Cleon** – Representante da Frente de Luta Popular.

Apresentar os problemas e demandas levantadas pelos movimentos nessas reuniões do GT para complementação, discutindo-se e complementado conjunto por conjunto, via suas representações presentes. Ao final, todas as informações foram sistematizadas numa Carta encaminhada aos órgãos competentes na ocasião da Conferência Estadual das Cidades.

### **3.3. Relatório “Audiência Pública: PDDU E LOUOS de Salvador. Acordo do Ministério Público com a Prefeitura: Bases para o julgamento”.**

Data: 05 de agosto de 2013

Horário: 17:30 às 21:00.

Local: Auditório da Faculdade de Economia da UFBA.

#### **APRESENTAÇÃO**

O processo de elaboração da nova LOUOS, que na verdade é a revisão da antiga Lei de Ordenamento do solo de 1984 por meio Leis Municipais 8.167/2012, 8.378/2012 e 8.379/2012, se deu a portas fechadas, sem o conhecimento ou participação da sociedade e, na verdade, se constituiu em um golpe contra a cidade em benefício dos agentes imobiliários que tinham na aprovação dessa lei a possibilidade de ampliar seus lucros, em detrimento dos interesses da coletividade. Essa nova Lei vai de encontro à Constituição Estadual da Bahia, promovendo, sem o devido trâmite de consulta e participação popular, alterações no Plano Diretor, o que é ilegal, conforme argumentação do próprio Ministério Público. Para serem realizadas essas alterações no Plano Diretor, seria necessária a realização de audiências públicas que possibilitassem uma ampla discussão com a sociedade, bem como a aprovação do Conselho da Cidade, que nunca foi empossado pelo antigo prefeito. As modificações que foram feitas à lei, ao contrário de promover o bem da coletividade, atendem apenas aos interesses de grupos imobiliários que atuam na cidade, facilitando a construção de enormes empreendimentos. Esses empreendimentos, concebidos sem um planejamento adequado, têm promovido um quadro de imobilidade urbana em Salvador. Para além da questão da inconstitucionalidade da Lei, a nova LOUOS permite o aumento abusivo do gabarito das edificações da orla, gerando sombreamento em nossas praias, como já é possível observar na Pituba, com um edifício residencial que já ocasiona sombra na praia a partir das duas da tarde. Outra questão grave dessa nova LOUOS é que ela altera o PDDU reduzindo os poderes e a representatividade do Conselho da Cidade e do Conselho Municipal do Meio Ambiente, que deixam de ser deliberativos e passam a ser consultivos e veem alteradas suas composições, garantindo um espaço descabido aos agentes imobiliários e ao poder público. Vale lembrar que a composição do Conselho da Cidade havia sido definido democraticamente na Conferência Municipal da Cidade, que foi desrespeitada por essa lei.

Em junho de 2012, o Tribunal de Justiça acatou um pedido de liminar para suspender os efeitos dessa nova LOUOS, até que a Ação de Inconstitucionalidade fosse julgada. Com isso, ficaram suspensos alguns dos artigos que ofereciam risco à cidade e, diante disso, o então prefeito João Henrique começou a propagar a ideia de insegurança jurídica na cidade, suspendendo indiscriminadamente a emissão de alvarás pela prefeitura.

Ao assumir a Prefeitura de Salvador, o prefeito ACM Neto procurou o Ministério Público para propor um acordo para retirar do rol de inconstitucionalidade de alguns dos artigos da nova LOUOS, alegando a possibilidade de aumento de arrecadação da PMS via outorga onerosa o que, em tese, viabilizaria recursos para o financiamentos de investimentos públicos. Outra justificativa para o acordo era o atendimento às demandas da prefeitura de Salvador referentes à Copa do Mundo. Assim, o Ministério Público e a Prefeitura formulam uma proposta de acordo de modulação da ação de inconstitucionalidade da nova LOUOS, que viabiliza a criação de um Centro Municipal na área central da cidade [onde hoje se encontra o estacionamento São Raimundo], mantém a regulamentação do Estudo de Impacto de Vizinhança, porém, esse mesmo acordo solicita que sejam mantidos artigos polêmicos que deveriam ser submetidos a discussões com a sociedade, como os que ocasionam o sombreamento da orla marítima, o aumento do coeficiente de aproveitamento básico da área onde hoje é a Base dos Fuzileiros Navais, na Cidade Baixa, para possibilitar a construção de espigões, e o projeto da Linha Viva, que irá cortar a cidade de Salvador por meio de uma via exclusiva e pedagiada para carros. Após apreciação do acordo, o Tribunal de Justiça da Bahia solicitou que fossem ouvidos os Amicus Curiae, ou Amigos da Corte, que se fizeram presentes nessa Audiência Pública em sua maioria. Os amigos da Corte, segundo entendimento do Tribunal de Justiça, são entidades com representatividade adequada para se manifestar no processo, ou seja, são as entidades que poderão expressar ao Tribunal de Justiça a opinião da sociedade.

A proposta dessa audiência foi ampliar o debate sobre a proposta de acordo do Ministério Público e da Prefeitura de Salvador, informando a população, debatendo e contribuindo de alguma forma, quem sabe, com os Amigos da Corte, responsáveis por representar a vontade da sociedade.

## **CONVIDADOS/EXPOSITORES**

### **Coordenação: Deputada Maria Del Carmen**

- Paulo Modesto - Promotor do Ministério Público da Bahia
- Glória Cecília Dos Santos Figueiredo – Pesquisadora Do Grupo Lugar Comum Da Faculdade De Arquitetura Universidade Federal Da Bahia
- Celson Ricardo Carvalho De Oliveira Advogado representante do Conselhor Regional de Engenharia da Bahia (CREA/BA)
- Maria Auxiliadora De Oliveira Machado - Presidente Do Sindicato Dos Arquitetos E Urbanistas Da Bahia (SINARQ) e representante do Conselho dos Arquitetos e Urbanistas (CAU/BA)
- João Benedito Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS)



- Nivaldo Vieira De Andrade Junior – Presidente do Instituto dos Arquitetos da Bahia (IAB/BA)

### **3.4. Relatório da “Audiência Pública “Condomínio Quinta da Glória, indefinição territorial: Salvador X Lauro de Freitas”**

Data: 17 de setembro de 2013

Período: 9h30 às 12h00

Local: Auditório Jutahy Magalhães - ALBA

#### **APRESENTAÇÃO**

A realização dessa Audiência Pública surgiu como um encaminhamento demandando pelos moradores do referido condomínio quando, em atividade realizada por esta Comissão conjuntamente com o Grupo de Trabalho de pós-ocupação de empreendimentos de habitação de interesse social no dia 30/07/2013, na qual estiveram presentes síndicos, subsíndicos e representantes dos empreendimentos, foi colocada a situação de indefinição territorial vivida pelos moradores do Condomínio Quinta da Glória.

Os moradores do referido condomínio, financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida e composto por três etapas, encontram-se em situação de indefinição territorial quanto à oferta de serviços e equipamentos urbanos, os quais seriam responsabilidade das prefeituras dos municípios de Salvador e/ou Lauro de Freitas. Licenciado pelo município de Salvador e com acesso pelo município de Lauro de Freitas, o condomínio está localizado em região fronteira dos referidos municípios, os moradores relataram sofrer problemas no atendimento, inclusive na utilização de serviços básicos como saúde, educação e transporte, por não saberem ao certo a qual município o Condomínio em questão pertence. Nesse sentido, essa Audiência Pública se propôs a ampliar o debate no sentido de se definir o pertencimento do condomínio Quinta da Glória.

#### **CONVIDADOS/EXPOSITORES**

**Coordenação: Deputada Maria Del Carmen**

- **Sr. José Geraldo dos Reis Santos** - Diretor Geral da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)
- Sra. **Eleonora Mascia** – Superintendência de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia (SH/SEDUR)
- Representação do Prefeito de Lauro de Freitas **Márcio Paiva**
- **Sr. Reinaldo de Freitas** – Presidente da Associação dos Moradores de Quinta da

Glória

- Patrícia Brito - Representante do Grupo de Trabalho de pós-ocupação de HIS (ConCidades/Ba)

### **3.5. Relatório da Audiência Pública “Projetos de mobilidade urbana para Salvador e Região Metropolitana”.**

Data: 26 de novembro de 2013

Período: 9h30 às 12h00

Local: Plenarinho, Assembleia Legislativa da Bahia.

#### **APRESENTAÇÃO**

A mobilidade urbana tem se apresentado como um dos principais entraves ao desenvolvimento urbano com equidade das grandes cidades brasileiras. Não foi à toa que foi esse o tema responsável por levar às ruas centenas de milhares de cidadãos em todo o país. O caos da mobilidade urbana em Salvador condena seus moradores a passarem horas dos seus dias em engarrafamentos na cidade nos seus deslocamentos diários. É comum o relato de moradores da periferia da capital que passam horas do seu dia nos transportes coletivos. Diante desse cenário, inúmeros investimentos públicos em mobilidade urbana vêm sendo anunciados, e alguns já executados, pelo Governo do Estado da Bahia e Prefeitura Municipal de Salvador.

Recentemente, com o objetivo de resolver os problemas do trânsito intenso e desafogar os gargalos das vias mais movimentadas da cidade, o Governo do Estado inaugurou a Via Expressa Baía de Todos e Santos e o Complexo Viário 2 de Julho, os quais, somados aos outros projetos de mobilidade em curso, totalizarão investimentos de cerca de R\$ 7 bilhões. Entre eles, os projetos de construção de vias transversais ligando a parte norte (Baía de Todos os Santos) da capital ao Oceano Atlântico, bem como a substituição do trem do subúrbio, que será transformado em Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), em parceria com o Governo Federal, para beneficiar toda a população de Salvador e Região Metropolitana.

O Governo do Estado ainda realizou um leilão público para retomar as obras do metrô, com o objetivo de iniciar o funcionamento da Linha Lapa – Retiro no ano de 2014. Serão ao todo duas linhas, num total de 42km, sendo a linha 1 até a Estação Pirajá, e linha 2 da Av. Bonocô até o município de Lauro de Freitas. Há ainda a previsão de projetos para que o sistema metroviário chegue até o bairro de Cajazeiras.

A Prefeitura de Salvador apresentou seu planejamento estratégico e nele se anunciam investimentos diretos em mobilidade urbana da ordem de R\$ 1.7 bilhões, distribuídos entre a gestão inteligente de trânsito e transporte, recuperação de vias e reestruturação do transporte público, novas vias para melhoria do fluxo de veículos na cidade e espaços para pessoas e ciclistas, e implantação, em parceria com o Governo Federal, do BRT (Bus Rapid Transit), da Lapa ao Iguatemi. Também estão previstas Parcerias Público-Privadas que ampliam os valores totais de investimentos nesse setor.

As informações sobre esses projetos, no entanto, nem sempre são de fácil acesso à população e muitos são os questionamentos com relação a esses investimentos, seja sobre a distribuição desses recursos no tempo e no espaço, seja sobre sua distribuição nos diferentes modais de transporte. Nesse sentido, essa Audiência Pública se propôs a ser um espaço de debate sobre esses investimentos com a sociedade e o poder público,

possibilitando uma maior difusão das informações e qualificando a participação cidadã nesse processo.

## **CONVIDADOS/EXPOSITORES**

**Coordenação: Deputada Maria Del Carmen**

- **Sr. Rui Costa** – Secretário da Casa Civil da Bahia
- **Sr. Cícero Monteiro** - Secretário de Desenvolvimento Urbano da Bahia
- **Sr. Ubiratan Feliz – SENGE/BA**
- **Sr. Nazareno Stanislau** - Coordenador do Escritório da Associação Nacional de Transportes Públicos em Brasília (ANTP), Coordenador do Movimento Nacional pelo Direito do Transporte Público de Qualidade para todos (MDT) e Presidente do Instituto RUAVIVA
- **Sr. Agnaldo Evangelista (Santinho)** - Coordenador Nacional da Central de Movimentos Populares, Conselheiro Nacional das Cidades e membro da CT Mobilidade.
- **Pablo Florentino** - Representante do Coletivo Mobicidade Salvador
- **Representante do Movimento Passe Livre**

#### **4. Atividades externas com participação da Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA**

Além das atividades promovidas pela Comissão Especial de Desenvolvimento Urbano da ALBA, relatada nos itens anteriores, destaca-se a participação dessa Comissão em atividades externas, relacionadas à sua área de atuação. Tal participação se deu pela presença e colaboração da Coordenadora da Comissão, a Deputada Estadual Maria del Carmen em importantes eventos e fóruns de discussão externos, dentre os quais destacam-se:

- Participação nas reuniões ordinárias do pleno do Conselho Estadual das Cidades, na condição de titular desse colegiado, representante do poder legislativo, bem como nas reuniões do Conselho Gestor do Fundo Estadual de HIS.
- Participação nas reuniões ordinárias do pleno do Conselho Estadual do Meio Ambiente, na condição de suplente desse colegiado, representante do poder legislativo;
- Conselho Estadual das Cidades – ConCidades-Ba
- Grupo de Trabalho/Fórum de pós-ocupação nos empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida – ConCidades-BA
- Grupo de Trabalho de Urbanização PAC/FNHIS – ConCidades/BA
- Movimento Linha Viva Não!
- Participação na 5ª Conferência Municipal da Cidade – Salvador
- Participação na 5ª Conferência Estadual das Cidades – Bahia
- Participação na 5ª Conferência Nacional das Cidades – Brasília-DF
- Participação da mesa do Seminário Q+50 realizado pelo IAB com o tema “estratégias de enfrentamento do esvaziamento do Centro Antigo e Salvador”
- Organização do Livro Semana de Urbanismo de 1935